

## **“Negrinhas” e “negrinhos”: visões sobre a criança escrava nas narrativas de viajantes (Brasil, século XIX)**



**Rafael Domingos Oliveira da Silva**

Mestrando em História  
Universidade Federal de São Paulo

---

### **Resumo:**

A criança escrava é citada, vez ou outra, pela historiografia da escravidão. Entretanto, só recentemente a questão se tornou objeto de estudos mais minuciosos, na esteira da História Social. Este artigo se insere nesta abordagem, a partir da análise de relatos de viajantes que estiveram no Brasil durante o século XIX, sobretudo entre 1808 e 1888, por meio dos quais se procurou destacar a presença da criança escrava. Temas como tráfico e comércio de crianças, aleitamento, cotidiano e mortalidade avultam, a fim de revisitar a historiografia sobre o tema.

---

### **Palavras-chave:**

Brasil — História — Século XIX  
Crianças escravas  
Viajantes

Este texto é uma versão modificada do terceiro capítulo da monografia de conclusão de curso apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal de São Paulo em 2013, sob o título *Negrinhas e negrinhos: visões sobre a criança escrava no Brasil oitocentista (1808-1888)*, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e orientação do Prof. Dr. Jaime Rodrigues. Além do orientador, o autor agradece à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Karen Macknow Lisboa, à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Luiza Oliveira e à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Patrícia Teixeira Santos pelos comentários e críticas.

O debate historiográfico em torno da escravidão no Brasil tem se constituído, em grande medida, na discussão das relações entre senhores e escravos e no papel assumido por eles no movimento em direção à liberdade.<sup>1</sup> O tráfico negreiro também tem sido um tema ao qual os historiadores se voltam constantemente.<sup>2</sup> Em outros variados graus, e mais recentemente, temas como cultura escrava, família e identidade são (re)visitados por historiadores e cientistas sociais, dialogando com uma bibliografia que traz à baila sujeitos antes negligenciados pelo olhar historiográfico, como é o caso das mulheres escravas.<sup>3</sup> Ainda assim, pouco se disse a respeito da criança escrava, de sua importância e experiência na sociedade escravista.<sup>4</sup> Essa lacuna pode ser compreendida se levarmos em conta, sobretudo, questões de duas naturezas: primeiro, as próprias indagações dos historiadores e sociólogos, indagações estas localizadas no tempo e no espaço; e num segundo nível, mas fundamental, as dificuldades documentais.

No primeiro caso, somente a partir da segunda metade do século XX é possível perceber a inserção de sujeitos históricos que antes eram relegados a um plano secundário de análise. Por um lado, há a influência, principalmente inglesa, de escritos produzidos no seio da “história vista de baixo”,<sup>5</sup> e por outro, o debate francês iniciado da década de 1970

- 1 Para uma visão ampliada da historiografia da escravidão no Brasil ver Stuart Schwartz, “A historiografia recente da escravidão brasileira” in: *Escravos, roceiros e rebeldes*, Bauru, Edusc, 2001, p. 21-82 e Fabiana Schleumer, “Cenários da escravidão colonial: história e historiografia”, *Revista Ultramares*, 1, 1 (2012), p. 97-120.
- 2 Herbert S. Klein, “Novas interpretações do tráfico de escravos do Atlântico”, *Revista de História*, 120 (1989), p. 3-26 e o estudo mais recente de Jaime Rodrigues, *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*, São Paulo, Companhia das Letras, 2005.
- 3 Juliana Barreto Farias, Flavio Gomes e Giovana Xavier (Orgs.), *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-abolição*, São Paulo, Selo Negro, 2012.
- 4 Com exceção, já na década de 1980, de Maria Lúcia de Barros Mott, “A criança escrava na literatura de viagens”, *Cadernos de Pesquisa* (1979); João Luís Ribeiro Fragoso e Manolo Garcia Florentino, “Marcelino, filho de Inocência Crioula, neto de Joana Cabinda: um estudo sobre famílias escravas em Paraíba do Sul (1835-1872)”, *Estudos Econômicos*, 17, 2 (1987), p. 151-173; Kátia Mattoso, “O filho da escrava (em torno da lei do ventre livre)”, *Revista Brasileira de História*, 8, 16 (1988), p. 37-55 e Horácio Gutiérrez, “O tráfico de crianças escravas para o Brasil durante o século XVIII”, *Revista História*, 120 (1989), p. 59-72.
- 5 Sobretudo Edward P. Thompson, “History from below”, *The Times Literacy Supplement* (1966), p. 279-280; *A miséria da teoria*, Rio de Janeiro, Zahar, 1981; e *A formação da classe operária inglesa*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987; Christopher Hill, *O mundo de pontacabeça: ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640*, São Paulo, Companhia das Letras, 1987 e Eric Hobsbawm, “A história de baixo para cima” in: *Sobre História*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

sobre os novos objetos, abordagens e problemas.<sup>6</sup> A confluência dessas vertentes, acrescida ao contexto político-intelectual brasileiro, à luz das comemorações do centenário da Abolição, resultou numa variedade de estudos que até os dias atuais procuram levar à centralidade a agência de negras e negros escravizados, e os complexos processos de negociação e conflito engendrados na trama do cotidiano.<sup>7</sup>

Além disso, há de se considerar o problema documental. No caso dos estudos sobre a criança escrava, por exemplo, durante muito tempo acreditou-se ser impossível estudar este tema utilizando, entre outras fontes, a literatura de viagem, dada a quase ausência de referências a esse sujeito nestes textos.<sup>8</sup> Como resultado, a criança escrava tornou-se domínio dos estudos de demografia histórica que, embora fundamentais, muitas vezes não conseguiram dar conta da complexidade da experiência social desses sujeitos.<sup>9</sup>

Partindo destes questionamentos, este artigo retoma as narrativas de viajantes, escritas ao longo do século XIX, considerando as visões sobre a criança escrava por elas construídas. Há mesma imensa bibliografia que discute os limites e desafios da utilização dessa fonte no ofício do historiador — não desconsiderada nesta análise — também destaca a enorme potencialidade destes textos para a compreensão da sociedade escravista e suas dinâmicas.<sup>10</sup>

6 Trata-se da coletânea em três volumes de Jacques Le Goff e Pierre Nora (Orgs.), *História: novos problemas*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976.

7 Sílvia Hunold Lara, *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro (1750-1808)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988; Kátia Mattoso, *Ser escravo no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1982; João José Reis (Org.), *Escravidão e invenção da liberdade*, São Paulo, Brasiliense, 1988 e João José Reis & Eduardo Silva, *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

8 Ainda que alguns historiadores tenham-se voltado a essa fonte para investigações sobre mulheres, por exemplo, nas quais a criança escrava está invariavelmente presente. Ilka Boaventura Leite, *Escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX*, Belo Horizonte, UFMG, 1996 e Miriam Moreira Leite, *Livros de viagem (1803/1900)*, Rio de Janeiro, UFRJ, 1997.

9 Entre outros exemplos, ver Rômulo Andrade, “Ampliando estudos sobre família escravas no século XIX (crianças cativas em Minas Gerais: legitimidade, alforria e estabilidade familiar)”, *Revista Univ. Rural*, Série Ciências Humanas, 24, 1-2 (2002), p. 101-113 e José Flávio Motta, *Corpos escravos, vontades livres: posse de escravos e família escrava em Bananal (1801-1829)*, São Paulo, FAPESP, Annablume, 1999.

10 Ver Ana Maria de M. Beluzzo, *O Brasil dos viajantes*, São Paulo, Metalivros, Fundação Odebrecht, 1994; Karen Macknow Lisboa, “Olhares estrangeiros sobre o Brasil do século XIX” in: Carlos Guilherme Mota (Org.), *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*, São Paulo, Senac, 2000; Karen Macknow Lisboa, *Mundo novo, mesmo mundo: viajantes de língua alemã no Brasil, 1893-1942*, São Paulo, Hucitec, Fapesp, 2011; Marie Louise Pratt, *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*, Bauru, EDUSC, 1999 e Flora

Na seção “Modos de ver”, proponho uma reflexão sobre a natureza das narrativas, por meio das tensões no olhar dos estrangeiros, abrindo caminho para a compreensão das visões que produziram sobre a infância. Em um segundo momento, discuto aspectos do tráfico de crianças escravas, do ponto de vista comercial, avaliando o seu sentido social. Por fim, lanço algumas reflexões sobre o cotidiano da criança escrava, a partir de aspectos diversos de suas experiências.

Estabeleço essa argumentação a partir da literatura de viagem, mas em diálogo com a historiografia sobre o tema, sugerindo um debate possível entre fonte primária e bibliografia. Assim sendo, este texto é, também, uma reflexão sobre o que já foi dito, em termos historiográficos, sobre este sujeito oculto da escravidão.

## **Modos de ver**

Ao interrogar as visões dos viajantes a respeito da criança escrava, deve-se atentar, antes disso, para as concepções de infância desses sujeitos, isto é, o que traziam da Europa ou dos Estados Unidos, regiões comuns de origem, em termos de definições de infância. Isso possibilita compreender, por exemplo, os recorrentes silêncios desses viajantes em relação à criança escrava, e o que essas ausências podem significar. Além disso, é possível refletir sobre as diferentes clivagens nos relatos, em termos de gênero e raça, entre outros. Há, assim, indícios presentes nos próprios relatos que nos aproximam das concepções de infância dos seus autores.

Num primeiro contato com os relatos, espera-se que as crianças apareçam por trás de outras denominações, como “moleque” e “moleca”, “cria” ou mesmo “negrinho”. Essas palavras seriam, portanto, as chaves que os viajantes utilizariam para se referirem à criança. O problema está justamente no fato de não existir uma visão única, de uma criança, e no aspecto social do qual toda e qualquer palavra está imbuída: as palavras possuem significados diferentes, para pessoas diversas, além do fato de serem constantemente ressignificadas. A palavra “moleque” nos fornece um

Süssekind, *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

exemplo interessante. Era usada para se referir às crianças escravas, mas também ao criado de um modo geral, neste caso de forma pejorativa. Para a historiadora Miriam Moreira Leite, “‘moleque’, que significa negrinho, passou a ser indivíduo sem palavra ou gravidade, canalha, patife, velhaco, ou apenas menino de pouca idade, ou ainda escravo jovem chegado da África”.<sup>11</sup>

Os termos relacionados à infância eram construídos com base numa experiência de trabalho, quando, por exemplo, “moleque” e “negrinho” fossem utilizados não somente em relação à criança, mas também como uma forma de tratamento empregada ao escravo. O trabalho da criança escrava, era visto, entre outras coisas, como uma forma de “adestramento” para a vida de escravo. Referindo-se às técnicas de agricultura no Brasil, o viajante inglês Luccock afirmou:

Para resolver-se a terra, a única ferramenta de que se lança mão é a enxada e frequentemente me surpreendi com a rapidez e habilidade com que dela usavam. Muitas tentativas baldadas se fizeram no sentido de introduzir o arado inglês; eu próprio me lancei à empresa, verificando, pela minha experiência curta, como é de todo impossível ensinar um preto a maneja-lo; por seu lado, os brasileiros são quase tão tardos e crivados de preconceitos. Se de novo a Providência me concedesse uma oportunidade de dirigir negócios agrícolas nesta terra, eu começaria certamente com meninos.<sup>12</sup>

Segundo o viajante, todas as tentativas para introduzir o arado inglês, engendradas por ele, foram frustradas, por um lado, pela suposta “burrice” dos negros e, por outro, pela “resistência” dos brasileiros. A solução apontada pelo inglês é que, se fosse possível, ele ensinaria o uso do arado para meninos. Para ele, a criança, ou o pequeno escravo, aprende as coisas mais facilmente, já que é nesse período da vida que está sendo “adestrado” para ser escravo. Nesse momento a criança deveria internalizar a sua posição na sociedade, aprendendo que, embora compartilhasse das brincadeiras e folguedos infantis com os filhos do senhor branco, era, antes de tudo, o filho de uma escrava.<sup>13</sup> Essa “pedagogia senhorial” manifestava-se

11 Miriam L. Moreira Leite, “A infância no século XIX” in: Marcos Cesar de Freitas (Org.), *História Social da infância no Brasil*, Bragança Paulista, USF-IFAN, Cortez, 1997, p. 22.

12 John Luccock, *Notas sobre o Rio de Janeiro e a região sul do Brasil*, São Paulo, Edusp, Belo Horizonte, Itatiaia, 1975, p. 196-197.

13 Maria Cristina Luz Pinheiro, “O trabalho de crianças escravas na cidade de Salvador, 1850-1888”, *Afro-Ásia*, 32 (2005), p. 177.

de diversas formas, como os castigos.<sup>14</sup> O francês Debret apontou que, “sendo ainda criança o escravo, o peso da corrente é de apenas 5 a 6 libras, fixando-se uma das extremidades no pé e outra a um cepo de madeira que ele carrega à cabeça durante o serviço”.<sup>15</sup>

Mas não somente o castigo fazia parte do “treinamento”. A historiadora Kátia Mattoso diz que “ainda novo, o filho da escrava é olhado como escravo em redução, somente diferente do escravo adulto que mais tarde será, pelo tamanho e pela força”.<sup>16</sup> Dessa forma, durante a infância, os senhores deviam cuidar para que o escravo adquirisse todos os saberes e artimanhas, que o tornarão um escravo útil, como se espera. A infância escrava era um período de “iniciação aos comportamentos sociais no seu relacionamento com a sociedade dos senhores”.<sup>17</sup> A criança escrava estava sujeita, portanto, à exposição ao mundo do trabalho desde muito cedo, e o cotidiano puramente constituído de folganças, como em alguns casos se entrevê, estava longe de ser a sua realidade.

Também Maria Graham, inglesa que esteve no Brasil entre 1821 e 1823, aponta em seu diário uma visão que remete à ideia de “adestramento”:

Depois da ceia tive uma longa conversa com D. Mariana sobre o preparo do açúcar, o cultivo da cana e os escravos, confirmando o que aprendi nos Afonsos. Ela também me diz, como ouvira antes, que os crioulos são menos dóceis e menos ativos que os negros novos. Penso que ambos os fenômenos podem ser explicados sem se recorrer à influência do clima. O negro novo tem a experiência do navio negreiro, do mercado, e do açoite empregado para exercitá-lo, de modo que quando comprado, é dócil pelo medo e ativo pelo hábito. O crioulo é um uma criança estragada, até que fica bastante forte para trabalhar; então, sem nenhum hábito prévio de atividade, espera-se que ele seja industrioso; tendo passado a existência a comer, beber e correr por aqui e ali, nos termos da igualdade familiar espera-se que seja obediente; e sem que tenha cultivado nele nenhum sentimento moral, espera-se que revele logo sua gratidão pela indulgência e afinal sua fidelidade.<sup>18</sup>

14 José Roberto Góes e Manolo Florentino, “Morfologias da infância escrava: Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX” in: Manolo Florentino (Org.), *Tráfico, cativo e liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005, p. 218.

15 Jean Baptiste Debret, *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, São Paulo, Martins, 1954, v. 1, p. 344.

16 Mattoso, “O filho da escrava”, p. 52.

17 Mattoso, “O filho da escrava”, p. 52.

A diferença, para Graham, entre o escravo novo (africano) e o crioulo é que este último é criado entre a família do senhor e, sem antes ser preparado, é enviado ao trabalho duro, tornando-se pouco produtivo. O que faltou a ele? Evidentemente, para a autora, o que lhe faltou foi o treinamento, o “aprender a ser escravo”, como ocorre com o africano. O escravo trazido da África, aliás, é reiteradas vezes chamado de “moleque”, “novo” ou “pequeno”. Ele é, quase sempre, infantilizado, construindo-se uma analogia com a facilidade de aprender o trabalho, que ele compartilha, por exemplo, com as crianças. Ferdinand Denis, viajante francês que permaneceu no Brasil entre os anos de 1816 a 1831, também faz essa relação:

Os negros estabelecem entre si certas diferenças específicas: há os negros que vêm diretamente da África, negros moleques; há os negros nascidos no Brasil, crioulos, únicos que recebem uma denominação reservada em nossas colônias aos brancos nascidos no país.<sup>19</sup>

Ainda assim, alguns autores apontam que os crioulos eram os mais qualificados e, portanto, ocupavam o topo da “hierarquia que presidia a vida da comunidade escrava”.<sup>20</sup> Essa tensão entre a visão do escravo africano como o “moleque” e, logo, mais dado ao aprendizado, e o crioulo como aquele que cresceu no escravismo, e assim mais qualificado nesse tipo de trabalho, apresenta-se em quase todos os textos. O que é interessante é que, seja num caso ou no outro, a origem da “questão” está na infância, que constitui a dissonância central na contenda crioulos-africanos.

Mas, afinal, quando o escravo deixava de ser criança? A ideia de infância nos remete à ideia de “idades”, e este é um dos caminhos para compreender a transição da infância escrava para o mundo do trabalho. Mattoso utiliza três concepções de maioridade, duas delas causais (civil e religiosa) e uma condicional (econômica) para a criança em situação escrava.<sup>21</sup> No caso da maioridade civil, atenta-se para as legislações em voga no período. O Código Filipino fixava a maioridade para as meninas aos doze anos, e para os meninos aos quatorze, além de palavras como “crias de peito” e “crias de pé” referirem-se aos filhos de escravas desembarcados nos portos

18 Maria Graham, *Diário de uma viagem ao Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1956, p. 345-346.

19 Ferdinand Denis, *Brasil*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1980, p. 125.

20 Góes e Florentino, “Morfologias da infância escrava”, p. 220.

21 Mattoso, “O filho da escrava”, p. 42.

brasileiros.<sup>22</sup> Também a Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871 (Lei do Ventre Livre) obrigava os senhores a responsabilizarem-se pelos filhos das escravas até a idade dos oito anos, quando então deveriam decidir se os libertariam — e receberiam indenização do Estado — ou se utilizariam seus serviços até a idade dos 21 anos.<sup>23</sup> No caso da maioria religiosa, até os sete anos a criança é designada como “inocente”, e partir de então passa a ser vista como provida de consciência e responsabilidade. “Para a Igreja, aos sete anos a criança adquire foro de adulto: de ingênuo torna-se alma de confissão”.<sup>24</sup>

A terceira maioria era a mais importante, e pode ser apreendida a partir dos inventários nos quais a escravaria foi elencada. Nestes casos, percebe-se que o divisor entre a infância e vida adulta estava posto, muitas vezes, antes dos sete anos. A historiadora Maria Cristina Pinheiro assinala, por exemplo, que na documentação que utilizou em sua pesquisa, “as informações [...] apontam crianças de um, dois e três anos registradas como do serviço doméstico ou da lavoura”.<sup>25</sup> Mas como se construía a experiência doméstica? Alguns viajantes trataram desse tema, como em famosa passagem da obra de Debret:

No Rio, como em todas as outras cidades do Brasil, é costume, durante o ‘tete-à-tete’ de um jantar conjugal, que o marido se ocupe silenciosamente com seus negócios e a mulher se distraia com os negrinhos que substituem os doguezinhas, hoje quase completamente desaparecidos na Europa. Esses molecotes mimados até a idade de cinco ou seis anos, são em seguida entregues à tirania dos outros escravos que os domam a chicotadas e os habituam assim a compartilhar com eles das fadigas e dissabores do trabalho.<sup>26</sup>

22 Lara, “Legislação sobre escravos africanos na América Portuguesa” in: José Andrés-Gallego (Coord.), *Nuevas aportaciones a la História Jurídica de Iberoamérica*, Madrid, Fundación Histórica Tavera, 2000, cd-rom.

23 “Actos do Poder Legislativo, Lei nº 2040, de 28 de setembro de 1871, art. 1 §1º” in: *Leis do Brasil*, Rio de Janeiro, Imprensa Oficial, 1871, p. 147-149.

24 Mattoso, “O filho da escrava”. Ver também Thales de Azevedo, *Povoamento da cidade do Salvador*, Salvador, Itapuã, 1968, esp. cap. 2-3.

25 Pinheiro, “O trabalho de crianças escravas”, p. 173.

26 Debret, *Viagem pitoresca*, v. 1, p. 195.

Debret continua: “os dois negrinhos, apenas em idade de engatinhar e que gozam, no quarto de dona da casa, dos privilégios do pequeno macaco, experimentam suas forças na esteira da criada”.<sup>27</sup>

Essa relação afetuosa entre a sinhá e a criança cativa deve ser tomada com cautela, uma vez que essa criança era vista quase sempre como uma espécie de “animal doméstico”. De qualquer forma, havia uma série de “choques” na transição da infância para a vida adulta, aqui manifestada pela vida produtiva do trabalho.<sup>28</sup>

Debret cita alguns casos nos quais é possível vislumbrar a relação entre os filhos do senhor ou mulatos livres e as crianças escravas. Em alguns momentos, as crianças cativas eram tratadas como “brinquedos”, a exemplo das sinhás que muitas vezes as tinham como animais de estimação: “neste momento ela se ocupa com fazer assar espigas de milho na brasa; já uma negrinha, encarregada de passear com um negrinho, como uma dessas guloseimas que acaba de comprar para passar o tempo agradavelmente”.<sup>29</sup> Em outra passagem: “a mulata representada aqui é da classe dos artífices abastados. Sua filhinha abre a marcha conduzida pela mão de um negrinho, bode expiatório a seu serviço particular”.<sup>30</sup>

Instrumentalizando a cor, elemento de definição racial, havia um recorte social que verticalizava ainda mais essa relação: ainda que criança, não deixava de ser escrava. Debret percebeu esse aspecto na medida em que descrevia as cenas sociais que presenciava, e considerou, mais do que qualquer outro viajante desse período, a situação específica em que a criança cativa ocupava.

Os modos de ver a criança, especificamente a criança escrava, estavam condicionados à própria realidade desses sujeitos, e não somente às preconceções dos viajantes. Há uma relação dialógica entre essas esferas da vida social: o que os viajantes trazem (em termos culturais) e o que veem. O resultado é uma visão multifacetada da infância. Ao mesmo tempo em que a criança recebia uma forma de castigo específica, mais leve, como apontou

27 Debret, *Viagem pitoresca*, v. 1, p. 186.

28 Mattoso, “O filho da escrava”, p. 43.

29 Debret, *Viagem pitoresca*, v. 1, p. 247.

30 Debret, *Viagem pitoresca*, v. 2, p. 164.

Debret, ela é representada como um cachorro de estimação. É a essas crianças que os viajantes dedicaram atenção, ainda que rara. Mas o pouco que disseram nos ajuda a compreender melhor a experiência negra infantil durante a escravidão.

## As crianças no tráfico e no comércio de escravos

O tráfico de escravos possui, dentro dos estudos sobre escravidão, certa autonomia historiográfica, tendo se constituído como um dos temas mais importantes para se compreender o impacto do cativo nas sociedades da América e da África, numa perspectiva diaspórica.<sup>31</sup> O mundo atlântico produziu experiências resultantes de um longo processo de conquista e exploração que, entretanto, não impediu que novos laços fossem formados.<sup>32</sup> Atualmente, é desse ponto que partem os estudos sobre a travessia nos navios negreiros.<sup>33</sup> Como aponta o historiador Jaime Rodrigues, a experiência desses indivíduos deve ser o fio condutor de qualquer análise, e assim é possível

abordar o tráfico negreiro como ponto de cruzamento de múltiplos significados, no qual os sujeitos históricos envolvidos tiveram que percorrer um longo aprendizado para tecer as redes do comércio [...] e para sobreviver e recriar suas identidades no mundo escravista ocidental em que eles começavam a se inserir (no caso dos africanos).<sup>34</sup>

As crianças também fizeram parte desse processo, embora os viajantes tenham se referido muito pouco à experiência infantil no tráfico ou no comércio de escravos. Da totalidade de narrativas de viajantes analisadas, poucas se referiram ao tráfico especificamente, e ainda assim os que o fizeram nada tinham a dizer a respeito da captura no continente africano e da

31 Ver nota 4.

32 A perspectiva de uma história atlântica pode ser lida em José C. Curto e Paul E. Lovejoy (Orgs.), *Enslaving connections: changing cultures of Africa and Brazil during the era of slavery*, New York, Humanity, 2004 e Paul Gilroy, *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*, São Paulo, 34, 2001.

33 Ver Marcus Rediker, *O navio negreiro: uma história humana*, São Paulo, Companhia das Letras, 2011.

34 Rodrigues, *De costa a costa*, p. 319.

viagem, destacando somente a realidade enfrentada já no momento que precede a venda e o comércio.

Um desses foi Ernst Ebel, que esteve no Brasil em 1824. Em *O Rio de Janeiro e seu arredores*, Ebel destaca que

Logo que chegam os navios negreiros — ocorrência frequente — os escravos são desembarcados e depois que se restabelecem relativamente da viagem, no geral curta, lá são expostos para serem vendidos. Há dias fundeu um com 250 negros, na maioria crianças de dez a quatorze aos, que, acorados nesses galpões em filas de três, pelo chão, assemelhavam-se mais a macacos, dando mostra por sinal, de bom humor e satisfação, embora repelentes no aspecto e depauperados.<sup>35</sup>

A abundância de crianças apontada pelo autor do relato parece exagerada. Horácio Gutiérrez, no único estudo sobre esse assunto que conheço, afirma que para o século XVIII, as crianças representavam apenas 10% dos escravos traficados de Luanda, e que comparado ao tráfico inglês, dinamarquês e espanhol nas Antilhas, o número de crianças no tráfico para a América portuguesa era bastante inferior.<sup>36</sup>

Mary Karasch, em estudo sobre o Rio de Janeiro, aponta para o sentido contrário do de Gutiérrez, e vai ao encontro da afirmação de Ebel.<sup>37</sup> Para ela, os viajantes que visitaram o mercado de escravos antes de 1830 confirmam a experiência de uma grande quantidade de crianças africanas traficadas, ainda que nunca tenham comentado a existência de bebês ou de crianças engatinhando, por exemplo. Karasch assinala:

Um observador preciso, o alemão Freireyss, chegou a estimar que três quartos dos negros importados eram crianças (1814-1815). Outros estrangeiros eram menos específicos e apenas supunham que as crianças mais jovens no mercado tinham mais de cinco ou seis anos, em concordância com os registros de idade mais antigos nas amostras de navios negreiros posteriores a 1830.<sup>38</sup>

35 Ernest Ebel, *O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824*, São Paulo, Nacional, 1972, p. 42.

36 Gutiérrez, "O tráfico de crianças escravas".

37 Mary C. Karash, *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

38 Karash, *A vida dos escravos*, p. 69.

A autora localizou, ainda, informações a respeito das faixas etárias dessas crianças:

Outro grupo etário tinha cerca de oito a dez anos, e Freireyss acreditava que “geralmente” os escravos importados estavam dentro dessa faixa etária. No entanto, outros viajantes apontavam para uma idade um pouco maior, geralmente entre doze e catorze anos. Já em 1807, Vaux registrava que o melhor escravo para comprar era um jovem de quinze anos, e, ainda em 1848, Ellis observava que, em geral, vendiam-se melhor os meninos entre doze e catorze anos.<sup>39</sup>

De uma forma geral, os viajantes identificaram dois grupos de sujeitos, a saber, as crianças, que tinham entre cinco e dez anos, e os “adolescentes” de onze a quinze anos. A grande quantidade de crianças nos navios negreiros também é destacada, segundo Karasch, nos registros dos navios vindos da África depois de 1830, nos quais quase dois terços dos importados tinham menos de catorze ou quinze anos.<sup>40</sup>

O que significava o tráfico e o comércio de crianças escravas para a instituição escravista ou para as próprias crianças? No caso da primeira, temos que a economia escravista exigia a mão de obra produtiva para compor os planteis, de onde emanava a base econômica e social. As crianças, numa rápida conclusão, poderiam representar um gasto dispendioso para os senhores, uma vez que não produziam ou não configuravam “mão de obra”. Mas, como já vislumbramos no item anterior, a criança escrava não estava distante do mundo do trabalho, e representava um investimento de longo prazo.

Em estudo sobre Mariana, nas Minas Gerais entre 1850 e 1888, Heloísa Maria Teixeira destaca que, depois da proibição legal do tráfico, a reprodução natural era o meio pelo qual os escravagistas mineiros concebiam a continuidade do trabalho escravo. Em 1871 isso muda, uma vez que a legislação liberta as crianças nascidas de escravas. As crianças desse período, segundo Teixeira, devido a maior expectativa de vida, acabaram canalizando o interesse por parte dos senhores, com a intenção de estenderem o máximo a escravidão. Isso se refletiu também nas transações comerciais que, segundo a autora,

39 Karash, *A vida dos escravos*.

40 Karash, *A vida dos escravos*, p. 70.

também tiveram seu papel na formação/ampliação do contingente cativo marianense. Os meninos eram maioria nas negociações envolvendo cativos com idades entre 0 e 9 anos. Para aqueles na faixa 10-14 anos, meninas e meninos foram comercializados na mesma proporção. Nesta faixa etária, ocorreu o maior número de negociações, sendo muitas vezes vendidos sozinhos — o que, em algumas situações, incorria em desrespeito à lei de proteção à família escrava, que proibia a comercialização de crianças desacompanhadas de seus familiares.<sup>41</sup>

As crianças também assumem um papel importante na formação do que se convencionou chamar de cultura escrava no Brasil. Robert Slenes discute o processo de construção das identidades escravas, principalmente a partir da experiência do tráfico. A partir do que é apresentado pelo historiador, é possível falar em estratégias protagonizadas pelos africanos e escravizados para alcançar as vias de acesso à nova sociedade com a qual se deparavam. Estes sujeitos possuíam diferentes visões de mundo e resignificavam as condições a que estavam submetidos. Como aponta Slenes, tratavam-se de identidades de procedência africana que não eram exatamente aquelas das suas origens, mas da mesma forma não estavam delas apartadas.<sup>42</sup>

Para Manuel Moreno Fraginals, o tráfico de jovens fazia com que uma parte considerável dos padrões culturais africanos não cruzasse o mar, uma vez que muitos desses jovens não haviam sido iniciados em certos conhecimentos, sobretudo aqueles que observavam a manutenção das tradições.<sup>43</sup> Esse perfil demográfico acabava contribuindo para uma rápida absorção dos negros dos moldes socioculturais europeus, facilitando o processo de “desaculturação”. Slenes discorda dessa visão:

Se é verdade que crianças e adolescentes acima de oito anos não eram “especialistas” nos rituais religiosos de sua etnia de origem, nem conhecedores de toda a intrincada rede de

41 Heloísa Maria Teixeira, “Meninos-dos-olhos do senhor: crianças escravas nas propriedades de Mariana (1850-1888)” in: Encontro Nacional de Estudos Populacionais (14.: 2004: Caxambu), *Anais*, Minas Gerais, ABEP, 2004, p. 17.

42 Robert Slenes, “Malungu, Ngoma vem!: África encoberta e descoberta no Brasil”, *Cadernos do Museu da Escravatura*, 1 (1995), p. 56.

43 Manuel Moreno Fraginals, “Aportes culturales y desculturación” in: *La história como arma y otros estudios sobre esclavos, ingenios y plantaciones*, Barcelona, Crítica, 1963, p. 29-31 apud. Slenes, “Malungu, Ngoma vem!”.

deveres e direitos de parentesco de seu país, mesmo assim eles já teriam assimilado as orientações culturais básicas.<sup>44</sup>

Para ele, a grande quantidade de escravos jovens teria contribuído, sim, para a “transculturação” entre os africanos, ou seja, “a superação de fronteiras étnicas antigas e a formação de uma nova identidade bantu”.<sup>45</sup>

O viajante Robert Walsh, ao conhecer o Valongo, um dos mais importantes mercados de escravos da América portuguesa, percebeu a forma como as crianças negras traficadas iniciavam, desde muito cedo, a construção de laços comunitários. Ele diz:

Uma das coisas que me chamou a atenção ali foi um grupo de meninos que pareciam ter formado um espécie de sociedade. Tive oportunidade de observar várias vezes, ao passar pelo local, que esse grupinho se reunia sempre junto a uma janela gradeada. Pareciam muito ligados uns aos outros e sua bela amizade nunca era perturbada por brigas; na verdade, o temperamento de uma criança negra é geralmente tão equilibrado que ela não é afetada por essas ligeiras e mórbidas sensações que frequentemente causam irritação e mau humor em nossas crianças. Não me lembro de jamais ter visto uma criança negra irritada ou nervosa, e muito menos acometida desses fúteis acessos de raiva em que se comprazem as crianças da superior raça branca. Eu às vezes levava bolos e frutas nos bolsos e os distribuía para o grupo. Era muito agradável ver a maneira generosa e desprendida com que eles os dividiam entre si. Não surgiam brigas entre eles, e ninguém tentava reservar para si o melhor, egoisticamente. A criança que por acaso recebia de mim os presentes, pegava-os tão delicadamente, olhava para mim com tanta gratidão e os distribuía de maneira tão generosa que eu não podia deixar de achar que Deus tinha dado a eles, como uma compensação por sua pele escura, uma dose acima do comum de amáveis qualidades humanas.<sup>46</sup>

A despeito da visão bastante romântica que o viajante possui das crianças, não podemos desconsiderar a possibilidade de que o mercado fosse o primeiro de uma série de outros lugares de sociabilidade nos quais esses laços foram construídos. As conclusões a que Slenes chega, ao decifrar o significado da palavra *malungo* (companheiro de viagem), criada no contexto

44 Slenes, “Malungu, Ngoma vem!”, p. 58.

45 Slenes, “Malungu, Ngoma vem!”, p. 59.

46 Robert Walsh, *Notícias do Brasil em 1828 e 1829*, São Paulo, Edusp, 1985, v. I, p. 152-154.

do porão do navio negreiro, inclui também a criança, portadora da especificidade da faixa etária e da experiência infantil que foram elementos importantes para que protagonizassem, na vida adulta, a crítica à escravidão, e ao mesmo tempo contribuíssem para sua reprodução.

O relato de Walsh também oferece alguns elementos para questionarmos o tráfico a partir da experiência infantil. As péssimas condições de alimentação e transporte, amplamente apontadas pela historiografia, deveriam ser ainda maiores para a percepção infantil, uma vez que as crianças, segundo teses médicas da época, adquiriam problemas nutricionais com mais facilidade que adultos.<sup>47</sup> Toda a visão romântica do trecho acima, entretanto, esbarra na necessidade, desde muito cedo, de parcerias e laços comunitários para o enfrentamento das terríveis condições de vida a que estavam submetidos, e que viriam ainda a experimentar. No relato, o reverendo continua:

Frequentemente tive oportunidade de ver senhoras brasileiras nesses mercados. Elas chegam, sentam-se, examinam e apalpam suas aquisições e as levam consigo, com a mais absoluta indiferença. Muitas vezes vi aqui grupos de senhoras bem vestidas comprando escravos com a mesma animação com que as senhoras inglesas fazem compras nos bazares. [...] Senti-me atraído por um grupo de crianças, uma das quais, uma menina, tinha um ar triste e cativante. Ao me ver olhando para ela, o cigano a fez levantar-se dando-lhe uma lambada com uma comprida vara, e lhe ordenou com voz áspera que se aproximasse. Era desolador ver a pobre criança de pé à minha frente, toda encolhida, em tal estado de solidão e desamparo que era difícil conceber como pode chegar àquela situação um ser que, assim como eu, é dotado de uma mente racional e uma alma imortal. Algumas das meninas tinham um ar muito doce e cativante. Apesar de sua pele escura, havia tanto recato, delicadeza e cordura nos seus modos que era impossível deixar de reconhecer que eram dotadas dos mesmos sentimentos e da mesma natureza das nossas filhas. O vendedor preparava-se para colocar a menina em várias posições e exibi-la da mesma maneira como faria com um homem, mas eu declinei da exibição e ela retornou timidamente ao seu lugar, parecendo contente por poder se esconder no meio do seu grupo.<sup>48</sup>

47 Adriana Amaral Espírito Santo, Ana Maria Jacó-Vilella e Marcelo de Almeida Ferreri, "A imagem da infância nas teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1832-1930)", *Psicologia em estudo*, 11, 1 (2006), p. 19-28.

48 Walsh, *Notícias do Brasil em 1828 e 1829*.

Essa cena bem poderia ter se repetido incontáveis vezes, com diversas crianças. Provavelmente se repetiu com Ullunga, menina africana escravizada, separada de seus pais e vendida no Brasil, quando então perdem-se os vestígios sobre como teria sido sua vida.<sup>49</sup> Seja Ullunga ou a “negrinha” de Walsh, o fato é que os caminhos para se alcançar a experiência dessas crianças na rede do tráfico e do comércio são nebulosos, do ponto de vista das fontes, mas também da metodologia. A criança escrava, entretanto, não estava submetida somente à lógica comercial do sistema escravista. Seu cotidiano era mais amplo, e sua experiência muito mais vasta.

## Faces do cotidiano

Em depoimentos de descendentes de escravos recolhidos no final do século XX por historiadores no sudeste brasileiro são recorrentes as histórias de nascimentos de escravos que ocorriam na lavoura, sem os devidos cuidados que um parto necessita.<sup>50</sup> Essa memória coletiva, preservada por meio de tradições familiares, indicam que a mulher escrava raramente deixava de trabalhar em função de sua condição de gestante. Em um desses depoimentos, é contada a seguinte história:

Ele contava muita coisa do tempo do cativo. Dizia que as nega lá tinha os filhos e botavam no forno pra assar. [...] Então diz que o senhor disse assim: “Bota essa negada toda pra cortar o arroz que vem chuva! Vem chuva! Larga o chicote!” Uma mulher escrava estava sentindo dor pra ganhar criança. Ganhou a criança lá e lá mesmo ficou. Teve que ficar cortando arroz! Botou um pano lá no chão e ficou lá. Aí diz que falavam assim: “Ô, senhor, tem uma dona que ganhou criança, não pode ficar aqui.” E ele respondeu: “Não, tem que cortar arroz!”<sup>51</sup>

O estatuto de “mulher grávida”, como carecida de atenção e cuidado, provavelmente não fazia parte do cotidiano das cativas. Se a sociedade oitocentista compartilhava das visões dos viajantes europeus, que

49 Ullunga teve sua história rememorada por José Roberto Góes e Manolo Florentino em “Morfológicas da infância escrava”.

50 Os depoimentos e textos que os analisam podem ser consultados em Ana Lugão Rios e Hebe Maria Mattos, *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

51 “V. M., Espírito Santo, 1993” apud. Rios e Mattos, *Memórias do cativo*, p. 71

recorrentes vezes se referiam aos negros como animais ou bestas, a mulher escrava passava de “grávida” a “prenhe”, e seu filhos eram, então, chamados de “crias”.

Pouco se conhece acerca do nascimento dos filhos das escravas. Os viajantes parecem não ter devotado atenção a esse aspecto, ou porque quase não viram de fato mulheres grávidas — o que é um argumento difícil de se sustentar, visto que muitos deles destacaram a capacidade de reprodução das brasileiras — ou porque não consideravam a gravidez de escravas algo importante, o que parece ser o caso. Debret, num dos raros momentos em que se refere ao nascimento de uma criança, diz o seguinte:

Logo após o parto, os parentes se apossam do recém-nascido e se revezam perto dele, dia e noite, até o dia do batismo, a fim de preservá-lo, dizem, das bruxas ou feiticeiras que se transformam em mariposas ou morcegos e, fazendo-se invisíveis, sugam o sangue da criança pagã. A esses guardas cabe também renovar os ramos de arruda colocados nos cantos do berço e conservar religiosamente os talismãs e amuletos logo suspensos ao pescoço da criança.<sup>52</sup>

A criança, neste caso, nasceu numa família pobre. Considero, como apresentou Kátia Mattoso, que o mundo das crianças escravas não era totalmente diferente das demais crianças de classes menos abastadas, ainda que brancas, embora não se desconsidere o recorte racial que preponderava nas relações escravistas.<sup>53</sup> Dessa forma, é possível vislumbrar a criança negra no seu nascimento, sendo cuidada por parentes consanguíneos ou mesmo os padrinhos e companheiros de labuta de seus pais, rodeado de crenças populares e cosmovisões de diferentes matrizes. A confluência de tradições religiosas em torno do nascimento aproximam grupos sociais que compartilhavam das mesmas dificuldades, e os ritos e práticas sociais em torno do nascimento se assemelham entre os escravos e os demais desfavorecidos.

Uma vez nascida, a criança escrava estava já inserida na sociedade, pois, diferentemente das crianças abastadas que passavam por um lento processo de preparação para a vida de elite, as crianças negras desde muito cedo iam às costas de suas mães cativas para as lides diárias.

52 Debret, *Viagem pitoresca*, v. 1, p. 193.

53 Mattoso, “O filho da escrava”.

Em boa parte das pinturas que acompanham e constituem os relatos de viagem, sobretudo aquelas que retratam a vida social nas áreas urbanas, é muito comum a figura da negra quituteira, ou mesmo com os baldes de roupas sujas para serem lavadas nos rios, que traz consigo, amarradas às costas no “estilo africano”, crianças pequeninas a olharem curiosas para o mundo ao redor. Essa imagem pictórica, que tanto chamou a atenção dos europeus, é descrita por Ewbank:

As jovens pretas minas e moçambiques são as mais numerosas, sendo consideradas como as mais espertas vendedoras. Muitas delas trazem consigo também uma criança, que prendem às suas costas por meio de uma faixa amarrada ao redor da cintura. Entre o pano e o seu corpo, a criança aninha-se e dorme. Quando acorda, espia curiosamente para fora como andorinha implume, espreitando pela beirada do ninho. Para proteger a criança contra o sol, a negra coloca uma jarda de tecido de algodão na parte de trás da caixa que leva sobre a cabeça: o pano serve como cortina e conforme seus movimentos atua também como uma espécie de leque.<sup>54</sup>

E ainda:

Nesta fazenda fazem-se tijolos e telhas em grande quantidade. Sob um telheiro estavam negras jovens e maduras, quase completamente nuas, só com uma tanga, e algumas com crianças presas às costas, inclinadas sobre bancos e pondo o barro em moldes, e tendo os braços e as pernas cobertas e as faces marcadas por ele.<sup>55</sup>

O que essas referências têm a nos dizer? Se ainda não podemos considerá-las na chave do “adestramento” das crianças escravas, pois estas eram ainda muito pequenas para compreender o porquê de estarem ali, por outro lado nos indicam que, a despeito das redes de solidariedade entre os cativos, era sobretudo às mães que cabia o cuidado de seus filhos. Não há dúvida, como aponta Manolo Florentino e José Roberto Góes, que as crianças escravas não cresciam sozinhas, sendo amparadas pelos demais cativos do plantel ou da casa onde viviam.<sup>56</sup> Entretanto, a recorrência de descrições de negras e mulatas acompanhadas de seus filhos assevera que a mãe

54 Thomas Ewbank, *Vida no Brasil*, São Paulo, Edusp, Belo Horizonte, Itatiaia, 1976, p. 80.

55 Ewbank, *Vida no Brasil*, p. 276.

56 Manolo Florentino e Cacilda Machado, “Famílias e mercado: tipologias parentais de acordo ao grau de afastamento do mercado de cativos (século XIX)”, *Afro-Ásia*, 24 (2000), p. 51-70.

continuava a ser, de um modo geral, a figura principal no cuidado das crianças escravas, o que evidencia, também, um papel de gênero condicionado socialmente. O viajante Daniel Kidder relata, ainda, a presença de crianças maiores acompanhando suas mães:

A cerca do meio do caminho entre este bairro e o centro, fica o das Laranjeiras. Límpido arroio saltita no fundo de um precipício cavado nas fraldas do Corcovado. Passeando-se pelas margens podem-se contemplar inúmeras lavadeiras dentro d'água batendo roupa sobre as pedras que se sobrelevam à corrente. Muitas delas saem da cidade pela manhã, com enorme trouxa sobre a cabeça e voltam à tarde com toda ela lavada e enxuta. Em diversos lugares veem-se pequenos fogões improvisados onde preparam as refeições e grupos de crianças brincando pelo chão, algumas das quais, já grandinhas, correm atrás das mães. As menores, porém, vão penduradas à costa das escravas sobrecarregadas com a mala de roupas [...].<sup>57</sup>

Aqui já é possível falar em uma pedagogia senhorial, como concebida por Florentino e Góes.<sup>58</sup> Segundo esses autores, ao mesmo tempo em que o trabalho introduzia a criança negra na posição social que deveria ocupar, o seu valor no mercado agia também sobre os senhores, que passavam a enxergar a criança como um bem que possuía seu valor.

Tanto a acomodação, quanto negação da sociedade escravista, a partir da experiência do escravo, se relacionam com aquilo que viram e vivenciaram em sua constituição como indivíduos. A memória da escravidão se inicia, portanto, muito antes do escravo adulto ir para a lavoura. John Mawe e John Luccock, ingleses comerciantes que vieram para a América portuguesa no mesmo período que a família real aportou no Rio de Janeiro, pouco escreveram sobre a criança escrava. Mas quando o fazem, é sempre a partir de um viés que procura inseri-la no mundo do trabalho, seja na companhia de seus pais ou em analogias relacionadas às técnicas de produção na agricultura. O fato de serem comerciantes, embora não determine, pode explicar isso de alguma forma. Seus objetivos na viagem eram obter o máximo possível de informações acerca da vida no Brasil, intencionando a ampliação do comércio inglês em terras brasileiras. Se as crianças de um modo geral são personagens quase ausentes de seus relatos,

57 Daniel Parish Kidder, *Reminiscências de viagens e permanência nas províncias do Norte do Brasil*, São Paulo, Edusp, Belo Horizonte, Itatiaia, 1980, p. 97.

58 Góes e Florentino, "Morfologias da infância escrava".

a laboriosidade da criança escrava era, igualmente, pouco percebida, já que possivelmente eles criam que o pequeno escravo não participava ativamente da vida econômica daquela sociedade. Acredito que esse é um dos motivos pelos quais a criança também não apareceu, até recentemente, na historiografia da escravidão, que se dedicou de forma mais manifesta ao escravo adulto e produtivo.

Num dos poucos momentos em que cita a criança escrava, Mawe afirma: “alguns filhos dos negros brincavam, outros de idade mais avançada, ajudavam as mulheres a descaroçar algodão, e os homens ralavam e preparavam mandioca”.<sup>59</sup>

No caso do espaço urbano e doméstico, as crianças realizavam trabalhos “leves”, até o momento em que completassem a idade que as tornavam realmente produtivas, como discuti anteriormente. Analisando o trabalho de crianças escravas em Salvador entre os anos de 1850 a 1888, Maria Cristina Luz Pinheiro aponta:

A conclusão de que o trabalho doméstico constituía a ocupação principal de meninas e meninos cativos é confirmada por ambas as fontes pesquisadas. As escrituras de compra e venda [de escravos] apresentam 648 cativos menores exercendo as múltiplas atividades do serviço doméstico, o que significa 81,3% do total (797) de crianças escravas com ocupações definidas nos documentos. Dos 177 inventários pesquisados, 47 apresentam a indicação dos ofícios das crianças escravas. A superioridade numérica também recaiu sobre a atividade doméstica, totalizando vinte casos, com a seguinte distribuição: para o gênero masculino, sete (35%) e para o feminino, treze (65%), o que significa quase o dobro de meninas trabalhando nesse serviço.<sup>60</sup>

Em estudo parecido, voltado para a região de Mariana no mesmo período, Heloísa Maria Teixeira demonstra que essa divisão do trabalho pelo critério do gênero ficava mais evidente no tipo de atividade exercida pela negrinha ou negrinho. No caso das meninas, estas cozinhavam, lavavam e serviam as sinhás, além de cuidarem das crianças menores.<sup>61</sup> Os meninos, por sua vez, trabalhavam como criados, moleques de recados ou pajens.

59 John Mawe, *Viagens ao interior do Brasil*, São Paulo, Edusp, Belo Horizonte, Itatiaia, 1978, p. 92.

60 Pinheiro, “O trabalho de crianças escravas”, p. 176.

61 Teixeira, “Meninos-dos-olhos do senhor”, p. 15.

Estes “iam buscar o jornal e o correio, encilhavam os cavalos, lavavam os pés das pessoas da casa e mesmo de visitantes, escoavam as roupas, engraxavam os sapatos, serviam à mesa, espantavam mosquitos, balançavam a rede, buscavam água, despejavam o lixo, carregavam pacotes e outros objetos”.<sup>62</sup> A divisão do trabalho a partir do critério do gênero conforma papéis que são reforçados por diversas instituições, e coloca a criança escrava e os jovens escravizados sob uma égide parecida à dos demais indivíduos da sociedade. Há lugares e ações para mulheres, assim como há espaços privilegiados ocupados pelos homens. Entretanto, essas divisões poderiam se dissolver na medida em que o trabalho urbano e rural condicionava experiências sociais diferentes.

Debret cita diversas vezes a presença de negrinhos desenvolvendo algum tipo de atividade no espaço urbano:

Um negrinho de casa rica acaba de encher um saco com uma provisão de pão para seus senhores, enquanto um moleque e uma negra compram o pãozinho de vintém indispensável para o almoço.<sup>63</sup>

O negócio [venda de pão de ló] é tanto mais interessante quanto as famílias brasileiras são em geral numerosas. A venda nas ruas não é menos lucrativas, pois sequer o negrinho enviado a recado de manhã deixa de tirar do dinheiro que lhe é confiado o vintém necessário à aquisição de pão de ló [...].<sup>64</sup>

Perto deste e da porta pequena da venda, outro negro, orgulhoso pela linha vermelha traçada na testa, adquire um pacote de polvilho a um pequeno vendedor de nove a dez anos; em cima uma negra dispõe-se a vingar com um limão, um punhado de polvilho que lhe cobre o olho.<sup>65</sup>

Depois das lides domésticas, a maior concentração de menores cativos estava nas regiões de lavouras. Alguns dados apontam que “esses pequenos trabalhadores da lavoura, assim como os adultos, labutavam nas chácaras, roças, currais e até em alguns engenhos ao redor da cidade”, o que

62 Teixeira, “Meninos-dos-olhos do senhor”.

63 Debret, *Viagem pitoresca*, v. 1, p. 352.

64 Debret, *Viagem pitoresca*, v. 1, p. 342.

65 Debret, *Viagem pitoresca*, v. 1, p. 301-302.

deixa evidente que o trabalho na agricultura não era realizado apenas em regiões afastadas do centro urbano.<sup>66</sup> Excetuando-se algumas atividades desempenhadas somente por meninos (carpinteiro, pedreiro, alfaiate) ou por meninas (engomadeira e mucama), não havia, nas lavouras, restrições de gênero em relação ao trabalho.<sup>67</sup> Meninas e meninos iam juntos às plantações, quase sempre em quantidades bastante equilibradas, e trabalhavam ombro a ombro.

Outros aspectos para além do trabalho infantil, entretanto, são recorrentes na literatura de viagem. Muitos historiadores e cientistas sociais que se dedicaram ao estudo da escravidão, entre eles Gilberto Freyre, destacaram inúmeras vezes a existência de uma suposta “igualdade familiar” entre os filhos das escravas e os dos senhores.<sup>68</sup> Isso pode ser explicado pela profunda influência que os relatos de viagem exerceram sobre a historiografia no Brasil, já que há neles incontáveis descrições de relações amenas entre crianças negras e brancas, principalmente por meio de brincadeiras. Maria Graham, como já destaquei, concluía que o problema do escravo crioulo era ser tratado no seio da família senhorial como igual, mimado e desregrado, e essa parece ser uma opinião recorrente entre os viajantes. O príncipe Adalberto da Prússia conta que

O jardim [...] formava um verdadeiro contraste com as selvas em volta, o que a nós, pelos menos, como se pode imaginar, causou uma impressão de “muito elegante”. Somente os negros e alguns negrinhos que brincavam com as crianças logo nos lembravam que não estávamos na Europa.<sup>69</sup>

Neste caso, negrinhos e crianças possuem estatutos diferentes. No caso dos primeiros, tratam-se necessariamente dos filhos de escravas. Crianças mesmo eram somente as brancas. O que fez o príncipe se lembrar de que não estava na Europa? O fato de existirem escravos ou o de filhos destes se relacionarem com as crianças brancas? Considerando o restante do relato, o espanto do viajante não era causado pela simples presença escrava, mas pela forma como ela se construía no cenário: numa relação afetuosa do dominado com o dominador. Mawe alerta para o choque na transição para a

66 Pinheiro, “O trabalho de crianças escravas”, p. 179.

67 Pinheiro, “O trabalho de crianças escravas”.

68 Gilberto Freyre, *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*, São Paulo, Global, 2006.

69 Príncipe Adalberto da Prússia, *Brasil: Amazonas-Xingu*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1977, p. 85.

vida adulta, principalmente entre as crianças brancas e escravas que dividiam brincadeiras:

Os filhos do escravos são criados com os dos senhores, tornam-se companheiros de folguedos e amigos e, assim, estabelece-se entre eles uma familiaridade que, forçosamente, terá de ser abolida na idade em que um deve dar ordens e viver à vontade, enquanto o outro terá de trabalhar e obedecer. Diz-se que unindo assim, na infância, o escravo ao dono, asseguram sua fidelidade, mas o costume parece encerrar grandes inconvenientes e deve, ao menos, ser modificado de forma a tornar o jugo da escravidão menos penoso pela revogação da liberdade primitiva.<sup>70</sup>

Embora o europeu considere que há uma ruptura na mudança de idade das crianças, entre quem deve mandar e quem obedece, ele considera que o compartilhamento da infância pode tornar a experiência de dominação menos “penosa”. Entretanto, mesmo as brincadeiras não podem ser naturalizadas e devem ser compreendidas dentro do seu contexto social.<sup>71</sup>

Em muitas pranchas de Debret, como *Meninos brincando de soldado*, ainda que crianças brancas e negras compartilhem as brincadeiras, os papéis sociais são constantemente demarcados e reforçados. Neste caso, há um grupo de crianças brincando com espadas, guiados por uma criança branca bem vestida, e outras descalças. As crianças negras aparecem ao fim do grupo, maltrapilhas e guiadas pelas outras crianças. Em muitas imagens e fotografias do século XIX, produzidas não somente por viajantes, não é raro encontrar crianças brancas literalmente montadas em crianças negras, ou mesmo em suas amas de leite, como se essas fossem bestas de galope.<sup>72</sup> No olhar do europeu, poderia tratar-se de uma simples brincadeira entre crianças de grupos sociais diferentes, mas era muito mais do que isso: significava que o escravo estava “aprendendo”, de forma perversa, qual seu papel na sociedade, e isso desde muito cedo.

70 Mawe, *Viagens ao interior do Brasil*, p. 91.

71 Góes e Florentino, “Morfologias da infância escrava”, p. 220.

72 Sobre isso ver Ione da Silva Jovino, *Imagens de crianças negras na iconografia do século XIX*, Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010; Sandra Sofia Machado Koutsoukos, *Negros no estúdio do fotógrafo: Brasil, segunda metade do século XIX*, Campinas, Unicamp, 2010.

Esse “aprendizado” também tinha outras dimensões, como relata Walsh:

A casa do lado da nossa era ocupada por um artífice. De lá ouviam-se constantemente os mais horríveis gritos e gemidos. Eu entrei na loja, um dia, e vi que o seleiro tinha dois meninos negros trabalhando para ele. Ele era um homem moreno de aspecto cadavérico e sombrio: tinha feito um açoite de couro como um azorrague russo, que segurava em sua mão e se exercitava, dentro de uma sala, em uma das crianças que estava nua; esta era a causa dos gritos e dos gemidos que ouvíamos todos os dias e quase o dia todo.<sup>73</sup>

Cenas de maus tratos não eram incomuns. Não à toa, em 1823, José Bonifácio de Andrada e Silva elaborou um projeto de lei sobre a emancipação gradual dos escravos que trazia em seu corpo de artigos algumas linhas que regulamentavam o trabalho de crianças menores de doze anos.<sup>74</sup> Como afirma Maria Lúcia Mott, com quem concordo, “se o trabalho insalubre mereceria ser regulamentado por lei, [...] é porque, na prática, muitas crianças com menos de 12 anos, aí já trabalhavam”.<sup>75</sup>

Os viajantes destacaram, ainda, outras questões relativas ao cotidiano da infância escrava. Uma delas era o alto índice de mortalidade. Mais uma vez Debret é quem chama a atenção para isso:

Como um proprietário de escravos não pode, sem ir ao encontro à natureza, impedir aos negros de frequentarem as negras, tem-se por hábito, nas grandes propriedades, reservar uma negra para cada quatro homens; cabe-lhes arranjar-se para compartilharem sossegadamente o fruto dessa concessão, feita tanto para evitar os pretextos de fuga como em vista de uma procriação destinada a equilibrar os efeitos da mortalidade.<sup>76</sup>

Neste caso, o incentivo à procriação com vistas a suprir os efeitos da mortalidade, apontam que a reprodução interna possuía um papel importante na manutenção da propriedade. Considerando o período em que o viajante esteve no Brasil, perceberemos que o tráfico ainda não havia sido abolido. Sabemos que após 1850, como aponta Heloísa Maria Teixeira,

73 Walsh, *Notícias do Brasil*, p. 355.

74 Perdigão Malheiro, *A escravidão no Brasil*, Petrópolis, Vozes, 1976, p. 229.

75 Mott, “A mãe escrava em face do aborto”, p. 90.

76 Debret, *Viagem pitoresca*, v. 1, p. 268.

“a representatividade da criança nas escravarias marianenses, as transações comerciais envolvendo os pequenos cativos e a elevação de seus preços são indícios da importância da criança cativa para a manutenção do sistema escravista na localidade em questão”.<sup>77</sup> Podemos intuir que também o fossem para outras localidades, principalmente aquelas afastadas havia muito tempo das regiões portuárias.

É curioso perceber que alguns viajantes atribuíam os altos índices de mortalidade, principalmente das crianças escravas, ao tratamento dispensado aos cativos. Saint-Hilaire, que permaneceu no Brasil entre 1816 e 1822, afirmou que

Quando teve início a campanha da abolição da escravatura, o governo ordenou aos proprietários de Campos que casassem seus escravos; alguns obedeceram a essa determinação, mas outros responderam que seria inútil dar maridos às negras porquanto não seria possível criar seus filhos. Logo após os partos essas mulheres eram obrigadas a trabalhar nas plantações de cana, sob o sol abrasador, e, quando após afastadas de seus filhos durante parte do dia, era-lhes permitido voltar para junto deles elas levavam-lhes um aleitamento defeituoso; como poderiam as pobres crianças resistir às cruéis misérias com que a avareza dos brancos cercava seus berços?<sup>78</sup>

Em função do “aleitamento defeituoso” as crianças muitas vezes não resistiam. O fato é que isso era motivado pelas condições de trabalho das escravas e não pela qualidade do leite, o que transfere a doença do plano biológico, como acreditavam, para o social. Os “criatórios” de escravos seriam uma forma de driblar esse fenômeno já que, “se a perda dessa criança escrava dá à dona da casa a consolante esperança de um anjinho que por ela interceda no céu, sente-a também o senhor, privado de um capital de dois mil francos talvez, que representaria esse imóvel vivo”.<sup>79</sup>

Mas o aleitamento e as condições de trabalho não eram as únicas causas de mortalidade das crianças escravas. Atualmente se discute o papel de resistência assumido pelo infanticídio e pelo aborto, por parte das escravas gestantes ou que haviam acabado de dar à luz. Analisando a

77 Teixeira, “Meninos-dos-olhos do senhor”, p. 10.

78 Auguste Saint-Hilaire, *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*, São Paulo, Edusp, Belo Horizonte, Itatiaia, 1974, p. 201.

79 Debret, *Viagem pitoresca*, v. 2, p. 203.

literatura ficcional e médica do século XIX, Maria Lúcia Mott demonstra que “a recusa da escrava em repor a mão de obra, seja pelo reconhecimento do valor da sua prole como mercadoria, seja por não desejar dar o seio, o alimento ao filho do senhor, ou ainda para que seu filho não sofresse o cativo, são algumas das leituras possíveis do aborto e do infanticídio como formas de resistência”.<sup>80</sup>

Em *Notas sobre o Rio de Janeiro*, Luccock realiza uma contagem da população da cidade, e julga necessário destacar que

A fim de perfazer as sessenta mil [pessoas] dever-se-ão somar ainda cerca de vinte e nove mil crianças. Poder-se-á observar que esta proporção está muito menor do que em geral acontece, mesmo nas cidades grandes em que muitas morrem em tenra idade. Mas na realidade, nascem relativamente poucas crianças no Rio e, devido a fraqueza de constituição, menos ainda se conservam vivas, mesmo nas famílias que se destacam pelos cuidados hábeis e ternos com que tratam suas proles. Muitas se vão, por causa de maneiras impróprias de tratar, de negligência, ou indulgência danosa, frequentemente misturadas uma com a outra. Deve-se levar também em conta a idade prematura em que as pessoas novas deixam já de ser consideradas como crianças. Além disso, os filhos de escravos acham-se incluídos juntos com seus pais, por isto que pertencentes à mesma classe. E, é doloroso acrescentá-lo, usa-se dos meios da mais baixa espécie a fim de impedir o nascimento de crianças, sendo que o infanticídio não é de forma alguma raro.<sup>81</sup>

Além do aborto e infanticídio, deve-se ainda considerar o papel dos enjeitados como forma de resistência das escravas. A Roda dos Expostos, como era conhecida a prática de abandono de crianças no Brasil do século XIX, era uma saída que poderia significar, para a escrava, a liberdade de seu filho, e para o senhor, em alguns casos, a oportunidade de livrar-se do encargo de uma criação, embora já tenhamos demonstrado que a criança não era, em geral, vista como uma despesa desnecessária.<sup>82</sup> Mott demonstra que “a roda recebia crianças de qualquer cor e preservava o anonimato dos pais”, uma vez que os abandonos ocorriam geralmente à noite.<sup>83</sup> Mas por que as

80 Mott, “A mãe escrava em face do aborto”, p. 94.

81 Luccock, *Notas sobre o Rio de Janeiro*, p. 29.

82 Sobre isso ver Sheila de Castro Farias, “A propósito das origens dos enjeitados no período escravista” in: Renato Pinto Venâncio (Org.), *Uma história social do abandono de crianças: de Portugal ao Brasil: séculos XVIII-XX*, São Paulo, Alameda, 2010, p. 81-98.

83 Mott, “A criança escrava”, p. 63.

escravas entendiam a Roda como uma forma de liberdade? E isso de fato ocorria? “A partir do alvará de 31 de janeiro de 1775, as crianças escravas, colocadas na roda, eram consideradas livres. Este alvará, no entanto, foi letra morta e as crianças escravas eram devolvidas a seus donos, quando solicitadas, mediante o pagamento de despesas feitas com a criação”.<sup>84</sup> Maria Graham, que chegou a conhecer um “asilo de órfãos”, aponta que a quantidade de crianças abandonadas era muito grande, e que de muitas não se tinha mais notícia:

Fui ao asilo de órfãos, que é também o hospital dos expostos. Os rapazes recebem instrução profissional em idade adequada. As moças recebem um dote de 200 mil réis que apesar de pequeno, as ajuda a estabelecerem-se e é muitas vezes acrescido por outros fundos. [...] Dentro de pouco mais de nove anos foram recebidas 10.000 crianças: estas eram dadas a criar fora, e de muitas nunca mais houve notícia. Não talvez porque todas tenham morrido, mas porque a tentação de conservar uma criança mulata como escrava deve, ao que parece, garantir o cuidado com sua vida [...].<sup>85</sup>

Amplia-se, assim, o conhecimento sobre a resistência escrava, já que para livrar seus filhos do cativo, algumas escravas cometiam infanticídio, aborto ou mesmo os abandonavam, acreditando que estes estariam libertos.

## Considerações finais

A constituição da criança escrava como sujeito ocorreu a partir de diferentes modos de ver a infância no século XIX. Ela esteve presente no tráfico e, a bem da verdade, vários relatos afirmam que era mesmo a maioria entre os indivíduos traficados. Foi vendida nas redes de comércio de escravos e tinha seu valor como mão de obra reconhecido inclusive pelos seus senhores. A criança escrava também brincou; e brincou ao lado dos filhos do senhor. Mas em nenhuma hipótese a brincadeira deixava de afirmar o *locus* do pequeno escravo: este era lembrado, a cada inocente folguedo, em qual posição social havia nascido e qual seria seu futuro nessa sociedade.

84 Mott, “A criança escrava”, p. 64.

85 Graham, *Diário de uma viagem ao Brasil*, p. 365.

A criança escrava foi abandonada nas rodas de exposição da Santa Casa de Misericórdia, e suas mães podem ter feito isso para livrá-las da escravidão. Mas não só o enfeitamento se configurava como saída para o sistema escravista: muitas mães cometeram infanticídio, e não havia aí um problema moral, que o maior vinha do próprio cativo. Outras crianças morreram de morte natural, vítimas de doenças causadas pelo péssimo aleitamento ou por condições precárias de vida. Os ritos fúnebres nos informam muito a respeito de como os pais sofriam e choravam a perda de suas crias. Mas também havia comemorações, afinal, a partir daquele momento, existiria um anjinho no céu, que intercederia pelos vivos.

Todos esses fatores foram vistos e percebidos pelos naturalistas, artistas, diplomatas e religiosos estrangeiros. Em maior ou menor grau, a maioria dos viajantes parou para olhar esse pequeno indivíduo, como de pele negra, como filho da escrava, e como portador da “maldição de Cam”. E o que disseram a seu respeito tem que ver com seus preconceitos, suas limitações e seus repertórios. Para compreender a criança escrava neste caso devemos, portanto, compreender os próprios viajantes, o movimento de suas penas e de seus pincéis.

As conclusões acima, ainda que breves, dizem algo a se considerar. Mas também deixam muito por dizer. Acredito que há um vasto mundo por se descobrir no que diz respeito à criança escrava, por meio de outras fontes e outras perspectivas. Seja por meio da literatura de viagem, como optei, ou pelas fontes quantitativas e seriais, romances da época ou ainda autobiografias e narrativas de escravos, em qualquer que seja o suporte ou a natureza dessas fontes, se olharmos bem, conseguiremos ver os vultos e os vestígios do que foram, outrora, as negrinhas e os negrinhos.

---

recebido em 24/05/2013 • aprovado em 10/08/2013